

CIÊNCIAS SOCIALMENTE APLICÁVEIS:

INTEGRANDO SABERES E
ABRINDO CAMINHOS

JORGE JOSÉ MARTINS RODRIGUES
MARIA AMÉLIA MARQUES
(Organizadores)

VOL III



EDITORA
ARTEMIS

2022

CIÊNCIAS SOCIALMENTE APLICÁVEIS:

INTEGRANDO SABERES E
ABRINDO CAMINHOS

JORGE JOSÉ MARTINS RODRIGUES
MARIA AMÉLIA MARQUES

(Organizadores)

VOL III



EDITORA
ARTEMIS

2022



O conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons Atribuição-Não-Comercial NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0). Direitos para esta edição cedidos à Editora Artemis pelos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento, desde que sejam atribuídos créditos aos autores, e sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A responsabilidade pelo conteúdo dos artigos e seus dados, em sua forma, correção e confiabilidade é exclusiva dos autores. A Editora Artemis, em seu compromisso de manter e aperfeiçoar a qualidade e confiabilidade dos trabalhos que publica, conduz a avaliação cega pelos pares de todos manuscritos publicados, com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

Editora Chefe	Prof. ^a Dr. ^a Antonella Carvalho de Oliveira
Editora Executiva	M. ^a Viviane Carvalho Mocellin
Direção de Arte	M. ^a Bruna Bejarano
Diagramação	Elisangela Abreu
Organizadoras	Prof. Dr. Jorge José Martins Rodrigues Prof. ^a Dr. ^a Maria Amélia Marques
Imagem da Capa	ciempies
Bibliotecário	Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Conselho Editorial

Prof.^a Dr.^a Ada Esther Portero Ricol, *Universidad Tecnológica de La Habana “José Antonio Echeverría”, Cuba*
Prof. Dr. Adalberto de Paula Paranhos, *Universidade Federal de Uberlândia*
Prof.^a Dr.^a Amanda Ramalho de Freitas Brito, *Universidade Federal da Paraíba*
Prof.^a Dr.^a Ana Clara Monteverde, *Universidad de Buenos Aires, Argentina*
Prof.^a Dr.^a Ana Júlia Viamonte, *Instituto Superior de Engenharia do Porto (ISEP), Portugal*
Prof. Dr. Ángel Mujica Sánchez, *Universidad Nacional del Altiplano, Peru*
Prof.^a Dr.^a Angela Ester Mallmann Centenaro, *Universidade do Estado de Mato Grosso*
Prof.^a Dr.^a Begoña Blandón González, *Universidad de Sevilla, Espanha*
Prof.^a Dr.^a Carmen Pimentel, *Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro*
Prof.^a Dr.^a Catarina Castro, *Universidade Nova de Lisboa, Portugal*
Prof.^a Dr.^a Cirila Cervera Delgado, *Universidad de Guanajuato, México*
Prof.^a Dr.^a Cláudia Padovesi Fonseca, *Universidade de Brasília-DF*
Prof.^a Dr.^a Cláudia Neves, *Universidade Aberta de Portugal*
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos, *Universidade Federal da Grande Dourados*
Prof. Dr. David García-Martul, *Universidad Rey Juan Carlos de Madrid, Espanha*
Prof.^a Dr.^a Deuzimar Costa Serra, *Universidade Estadual do Maranhão*
Prof.^a Dr.^a Dina Maria Martins Ferreira, *Universidade Estadual do Ceará*
Prof.^a Dr.^a Eduarda Maria Rocha Teles de Castro Coelho, *Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal*



Prof. Dr. Eduardo Eugênio Spers, Universidade de São Paulo
Prof. Dr. Eloi Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima
Prof.ª Dr.ª Elvira Laura Hernández Carballido, *Universidad Autónoma del Estado de Hidalgo*, México
Prof.ª Dr.ª Emilas Darlene Carmen Lebus, *Universidad Nacional del Nordeste/ Universidad Tecnológica Nacional*, Argentina
Prof.ª Dr.ª Erla Mariela Morales Morgado, *Universidad de Salamanca*, Espanha
Prof. Dr. Ernesto Cristina, *Universidad de la República*, Uruguay
Prof. Dr. Ernesto Ramírez-Briones, *Universidad de Guadalajara*, México
Prof. Dr. Gabriel Díaz Cobos, *Universitat de Barcelona*, Espanha
Prof.ª Dr.ª Gabriela Gonçalves, Instituto Superior de Engenharia do Porto (ISEP), Portugal
Prof. Dr. Geoffroy Roger Pointer Malpass, Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Prof.ª Dr.ª Gladys Esther Leoz, *Universidad Nacional de San Luis*, Argentina
Prof.ª Dr.ª Glória Beatriz Álvarez, *Universidad de Buenos Aires*, Argentina
Prof. Dr. Gonçalo Poeta Fernandes, Instituto Politécnico da Guarda, Portugal
Prof. Dr. Gustavo Adolfo Juarez, *Universidad Nacional de Catamarca*, Argentina
Prof.ª Dr.ª Iara Lúcia Tescarollo Dias, Universidade São Francisco
Prof.ª Dr.ª Isabel del Rosario Chiyon Carrasco, *Universidad de Piura*, Peru
Prof.ª Dr.ª Isabel Yohena, *Universidad de Buenos Aires*, Argentina
Prof. Dr. Ivan Amaro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Iván Ramon Sánchez Soto, *Universidad del Bío-Bío*, Chile
Prof.ª Dr.ª Ivânia Maria Carneiro Vieira, Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Javier Antonio Alborno, *University of Miami and Miami Dade College*, USA
Prof. Dr. Jesús Montero Martínez, *Universidad de Castilla – La Mancha*, Espanha
Prof. Dr. João Manuel Pereira Ramalho Serrano, Universidade de Évora, Portugal
Prof. Dr. Joaquim Júlio Almeida Júnior, UniFIMES – Centro Universitário de Mineiros
Prof. Dr. José Cortez Godinez, Universidad Autónoma de Baja California, México
Prof. Dr. Juan Carlos Mosquera Feijoo, *Universidad Politécnica de Madrid*, Espanha
Prof. Dr. Juan Diego Parra Valencia, *Instituto Tecnológico Metropolitano de Medellín*, Colômbia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Leinig Antonio Perazolli, Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Dr.ª Lúvia do Carmo, Universidade Federal de Goiás
Prof.ª Dr.ª Luciane Spanhol Bordignon, Universidade de Passo Fundo
Prof. Dr. Luis Fernando González Beltrán, Universidad Nacional Autónoma de México, México
Prof. Dr. Luis Vicente Amador Muñoz, *Universidad Pablo de Olavide*, Espanha
Prof.ª Dr.ª Macarena Esteban Ibáñez, *Universidad Pablo de Olavide*, Espanha
Prof. Dr. Manuel Ramiro Rodríguez, *Universidad Santiago de Compostela*, Espanha
Prof. Dr. Marcos Augusto de Lima Nobre, Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Marcos Vinicius Meiado, Universidade Federal de Sergipe
Prof.ª Dr.ª Mar Garrido Román, *Universidad de Granada*, Espanha
Prof.ª Dr.ª Margarida Márcia Fernandes Lima, Universidade Federal de Ouro Preto
Prof.ª Dr.ª Maria Aparecida José de Oliveira, Universidade Federal da Bahia
Prof.ª Dr.ª Maria Carmen Pastor, *Universitat Jaume I*, Espanha
Prof.ª Dr.ª Maria do Céu Caetano, Universidade Nova de Lisboa, Portugal
Prof.ª Dr.ª Maria do Socorro Saraiva Pinheiro, Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Dr.ª Maria Lúcia Pato, Instituto Politécnico de Viseu, Portugal

Prof.ª Dr.ª Maritza González Moreno, *Universidad Tecnológica de La Habana "José Antonio Echeverría"*, Cuba
Prof.ª Dr.ª Mauriceia Silva de Paula Vieira, Universidade Federal de Lavras
Prof.ª Dr.ª Odara Horta Boscolo, Universidade Federal Fluminense
Prof.ª Dr.ª Patrícia Vasconcelos Almeida, Universidade Federal de Lavras
Prof.ª Dr.ª Paula Arcoverde Cavalcanti, Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rodrigo Marques de Almeida Guerra, Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares, Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Sérgio Bitencourt Araújo Barros, Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Sérgio Luiz do Amaral Moretti, Universidade Federal de Uberlândia
Prof.ª Dr.ª Silvia Inés del Valle Navarro, *Universidad Nacional de Catamarca*, Argentina
Prof.ª Dr.ª Teresa Cardoso, Universidade Aberta de Portugal
Prof.ª Dr.ª Teresa Monteiro Seixas, Universidade do Porto, Portugal
Prof. Dr. Turpo Gebera Osbaldo Washington, *Universidad Nacional de San Agustín de Arequipa*, Peru
Prof. Dr. Valter Machado da Fonseca, Universidade Federal de Viçosa
Prof.ª Dr.ª Vanessa Bordin Viera, Universidade Federal de Campina Grande
Prof.ª Dr.ª Vera Lúcia Vasilévski dos Santos Araújo, Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Wilson Noé Garcés Aguilar, *Corporación Universitaria Autónoma del Cauca*, Colômbia

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C569 Ciências socialmente aplicáveis [livro eletrônico] : integrando saberes e abrindo caminhos: vol. III / Organizadores Jorge José Martins Rodrigues, Maria Amélia Marques. – Curitiba, PR: Artemis, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

Edição bilíngue

ISBN 978-65-87396-58-3

DOI 10.37572/EdArt_290522583

1. Ciências sociais aplicadas – Pesquisa – Brasil. I. Rodrigues, Jorge José Martins. II. Marques, Maria Amélia.

CDD 300

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

APRESENTAÇÃO

O livro que ora se encontra nas vossas mãos, no seu terceiro volume, é por tradição um livro de temática interdisciplinar e transdisciplinar no campo das ciências sociais aplicadas. É interdisciplinar porque cruza várias disciplinas do saber. A sua transdisciplinaridade fica a dever-se aos múltiplos campos do conhecimento abrangidos, com os trabalhos apresentados a inserirem-se em temáticas emergentes nos vários campos científicos.

A metodologia seguida na organização deste volume, podendo ser discutível, privilegiou os conteúdos dos artigos, o que originou o chapéu Educação-Organização-Informação, decomposto nos eixos temáticos: Educação e formação profissional, Organizações, trabalho e responsabilidade social, Informação, transparência e decisão. Na construção da estrutura de cada um destes eixos procurou-se seguir uma lógica em que cada artigo possa contribuir para uma melhor compreensão do artigo seguinte, gerando-se um fluxo de conhecimento acumulado que se pretende fluido e em espiral crescente.

Assim, o eixo Educação e formação profissional abarca um conjunto de dez artigos que se preocupam com a redução de desigualdades. Para tal advogam o recurso a metodologias de ensino e aprendizagem com recurso a mediadores que orientem metodologicamente estes processos, no sentido de implementar e respeitar valores éticos, de cidadania e direitos humanos. Pode também recorrer-se à formação contínua em contexto de trabalho, com recurso a comunidades virtuais de aprendizagem e orientação para determinadas áreas funcionais, recorrendo a processos educativos de formação e inovação educativa, através de metodologias de colaboração e cooperação. Tais processos não dispensam uma reflexão crítica do formando no processo de avaliação e consolidação dos conteúdos objeto de aprendizagem, como forma de o mesmo contribuir para um maior conhecimento a favor da comunidade.

O eixo Organizações, trabalho e responsabilidade social agrega um conjunto de nove artigos que se preocupam com o bem-estar da sociedade. Vivemos numa sociedade de organizações, em que a célula mais pequena e influente é a família. Esta socorre-se das suas redes de relações significativas – redes de negócios – para conseguir obter os seus objetivos através do trabalho em cooperação. Esta capacidade intrínseca da família constitui um ativo intangível potenciador de vantagem competitiva, a qual poderá ser preservada e ampliada através de ações de responsabilidade socialmente aceites. Esta praxis parece estar a modificar paulatinamente algumas organizações económicas e movimentos sociais, procurando a conciliação entre o trabalho e a família,

independentemente do setor económico, sociedade civil ou do estágio de vida em que o indivíduo se encontre, contribuindo para um envelhecimento saudável ativo.

Por sua vez, o eixo Informação, transparência e decisão é constituído por quatro artigos que demonstram preocupações com a qualidade da informação, seja ela voluntária ou obrigatória. Aquela deve ser transparente e tempestiva, e contribuir para um relato que siga padrões de referência socialmente aceites. Estas características são necessárias devido à transversalidade e utilidade da informação para a tomada de decisão, quer a nível público quer a nível privado.

Com a disponibilização deste livro e seus artigos esperamos que os mesmos gerem inquietude intelectual e curiosidade científica, procurando a satisfação de novas necessidades e descobertas, motor de todas as fontes de inovação.

Jorge Rodrigues, ISCAL/IPL, Portugal

Maria Amélia Marques, ESCE/IPS, Portugal

SUMÁRIO

EDUCAÇÃO - ORGANIZAÇÕES - INFORMAÇÃO

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

CAPÍTULO 1.....1

DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DO PROFESSOR PRIMÁRIO EM MOÇAMBIQUE

Maura Juçá Manoel

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2905225831

CAPÍTULO 2..... 15

IMPORTANCIA DE LA INVESTIGACIÓN EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR EN LOS ESTUDIANTES DEL ÁREA DE LA SALUD

Alida Bella Vallejo-López

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2905225832

CAPÍTULO 3.....24

PROYECTO WEB DIGITAL PARA POTENCIAR EL APRENDIZAJE DE LOS ALUMNOS, BASADO EN UNA COMUNIDAD VIRTUAL DE APRENDIZAJE (CVA)

Moisés Ramón Villa Fajardo

Agustina Ortiz Soriano

Karla Fabiola Barajas Pérez

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2905225833

CAPÍTULO 4.....32

CARACTERIZACIÓN DE LA EDUCACIÓN FINANCIERA DE LOS JÓVENES BACHILLERES DEL CANTÓN ESMERALDAS

Jenny Cristina Cervantes Intriago

Joyce Oriana Arboleda Orejuela

Verónica Elizabeth Aguilar Quiñónez

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2905225834

CAPÍTULO 5.....42

IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO BIOÉTICA NO ENSINO DAS COMUNIDADES ANGOLANAS

Benvinda Bibiana de Fátima Pembelindjele Caita

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2905225835

CAPÍTULO 6.....52

IMPACTO DE LA RÚBRICA COMO GUÍA DEL DISPOSITIVO DE EVALUACIÓN EN LA ENSEÑANZA DEL PROCESO DE DESARROLLO DE SOFTWARE

Jorge Ezequiel Moyano

Emilio Izarra

Matías Moncho

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2905225836

CAPÍTULO 767

IMPLEMENTACIÓN DE UN TALLER DE MINDFULNESS PARA REDUCIR EL ESTRÉS EN ALUMNOS EN SU PRUEBA DE APTITUD ACADÉMICA PARA INGRESO AL INSTITUTO TECNOLÓGICO Y DE ESTUDIOS SUPERIORES DE MONTERREY EN TOLUCA

Carlos Fernando Leal Gómez

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2905225837

CAPÍTULO 8..... 86

DETECCIÓN DE ERRORES ORTOGRÁFICOS PARA LA VALIDACIÓN DE LA CALIDAD EN DATOS ABIERTOS GUBERNAMENTALES PARA LA MÉTRICA DEL FACTOR SYNTACTIC CORRECTNESS

Roxana Martínez

Christian Parkinson

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2905225838

CAPÍTULO 9.....97

ÁREA DE FOMENTO Y PROMOCIÓN PARA LA COMERCIALIZACIÓN DE PRODUCTOS Y SERVICIOS EN EL OBSERVATORIO DE CIENCIAS EMPRESARIALES DE LA UNIVERSIDAD DE OTAVALO

Edwin Santiago Núñez Naranjo

Jesús Francisco González Alonso

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2905225839

CAPÍTULO 10..... 110

RELIGIOUS EDUCATIONAL REFORMS AND THE SHAPING OF MOROCCAN IDENTITY: ISLAMIC EDUCATION TEXTBOOKS AS A CASE STUDY

Somaya Zine-Dine
Moulay Sadik Maliki

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052258310

ORGANIZAÇÕES, TRABALHO E RESPONSABILIDADE SOCIAL

CAPÍTULO 11.....126

CARTOGRAFIA DA FAMÍLIA EMPRESÁRIA: PERCURSORES, CONCEITOS E EMERGÊNCIA DE MODELOS TEÓRICOS

Jorge José Martins Rodrigues
Maria Amélia André Marques

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052258311

CAPÍTULO 12..... 144

SERÁ QUE A UNIÃO FAZ A FORÇA INDEPENDENTEMENTE DA DIMENSÃO DOS INTERVENIENTES? UM ESTUDO SOBRE AS RAZÕES DE INTEGRAÇÃO EM REDE DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS PORTUGUESAS

Lara Sofia Mendes Bacalhau
Guilhermina Maria de Silva Freitas

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052258312

CAPÍTULO 13.....159

PODERÁ A RBV CONSIDERAR OS RECURSOS TANGÍVEIS COMO ESTRATÉGICOS? UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A ANÁLISE DE RECURSOS VRIO – VISÃO HISTÓRICA

Lara Sofia Mendes Bacalhau
Guilhermina Maria de Silva Freitas

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052258313

CAPÍTULO 14.....174

“CUSTOMER ORIENTATION AND MANAGEMENT CONTROL IN THE PUBLIC SECTOR: A GARBAGE CAN ANALYSIS”. *UMA ANÁLISE EPISTEMOLÓGICA E ONTOLÓGICA*

Guilhermina Maria de Silva Freitas
Lara Sofia Mendes Bacalhau

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052258314

CAPÍTULO 15 184

DISCURSOS PERCEPCIONES Y AGENDA DE REFORMA LABORAL-FLEXIBILIDAD ARGENTINOS. PROCESO INTERPRETATIVO Y CULTURA ORGANIZACIONAL 2018-2022

Liliana Edith Ferrari

Andrea Karina Batista Teliz

Esteban Córdoba

Lautaro Cirami

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052258315

CAPÍTULO 16 196

INCORPORAÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL NA TOMADA DE DECISÃO ESTRATÉGICA NUMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

Maria Dulce da Costa Matos e Coelho

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052258316

CAPÍTULO 17 210

A CONCILIAÇÃO ENTRE A VIDA PROFISSIONAL, FAMILIAR E PESSOAL NA COMUNICAÇÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL – UMA ANÁLISE DAS ORGANIZAÇÕES CERTIFICADAS COMO FAMILIARMENTE RESPONSÁVEIS

Elisabete Correia

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052258317

CAPÍTULO 18 229

ASSOCIAÇÕES QUE PROMOVEM O ENVELHECIMENTO ATIVO; UMA FERRAMENTA NO FUTURO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Maria da Graça Moreira

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052258318

CAPÍTULO 19 237

PROTEÇÃO À MULHER NO HORIZONTE DA PACIFICAÇÃO SOCIAL

Marzely Gorges Farias

Zelindro Ismael Farias

Cleia Demétrio Pereira

Martha Inés Moreno Mendel

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052258319

INFORMAÇÃO, TRANSPARÊNCIA E DECISÃO

CAPÍTULO 20251

A ANÁLISE DISCRIMINANTE, O *GOING CONCERN* E O *SCORING* – UM *OVERVIEW*

Cândido Jorge Peres Moreira
Mário Alexandre Guerreiro Antão
Domingos Custódio Cristóvão
Hélio Miguel Gomes Marques
Pedro Miguel Baptista Pinheiro
Catarina Carvalho Terrinca

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052258320

CAPÍTULO 21263

DETERMINANTES DA OPINIÃO MODIFICADA DA AUDITORIA NOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES DE MÉDIA DIMENSÃO (2016-2018)

Paula Gomes dos Santos
Carla Martinho
Raquel Lopes

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052258321

CAPÍTULO 22 277

ANÁLISIS DEL MERCADO DE CAPITALES DEL ECUADOR

Carolina Uzcátegui Sánchez
Karen Michel Serrano Orellana

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052258322

CAPÍTULO 23289

CONTABILIDADE PÚBLICA E IPSAS EM PORTUGAL: O SISTEMA DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA PARA AS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

Maria da Conceição da Costa Marques

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052258323

SOBRE OS ORGANIZADORES307

ÍNDICE REMISSIVO 308

CAPÍTULO 13

PODERÁ A RBV CONSIDERAR OS RECURSOS TANGÍVEIS COMO ESTRATÉGICOS? UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A ANÁLISE DE RECURSOS VRIO – VISÃO HISTÓRICA

Data de submissão: 10/03/2022

Data de aceite: 28/03/2022

Lara Sofia Mendes Bacalhau¹

Polytechnic of Coimbra
Coimbra Business School Research Centre
ISCAC, Coimbra Portugal
Coimbra – Portugal
<https://orcid.org/0000-0001-9674-4167>

Guilhermina Maria de Silva Freitas

Polytechnic of Coimbra
Coimbra Business School Research Centre
ISCAC, Coimbra Portugal
Coimbra – Portugal
<https://orcid.org/0000-0002-4929-7074>

RESUMO: A Resource-Based View (RBV) é uma abordagem que se centra no papel que os recursos têm para uma empresa, mais concretamente no seu potencial de permitir estratégias competitivas face aos seus concorrentes, considerando que o sucesso de uma empresa é em grande parte impulsionado pelos recursos que possuem certas características especiais. Ao longo dos anos esta visão tende a ser dominada por discussões conceituais acompanhadas por um corpo de pesquisa empírica que se concentram em considerar apenas alguns

¹ Autor Correspondente: lmendes@iscac.pt

recursos tomando os recursos intangíveis especial protagonismo. Tendo por ponto de partida perspectiva de recurso estratégico como essencial determinação desta teoria procura-se, neste trabalho, apresentar diferentes abordagens na definição de ativos bem como na separação destes em tangíveis e intangíveis, em especial atendendo às normas emanadas pelos principais organismos normalizadores da matriz de conceitos contabilísticos, o Federal Accounting Standard Board (FASB) através dos seus Statements of Financial Accounting (SFA) e o International Accounting Standard Board (IASB) decorrentes das suas International Accounting Standards (IAS). Da conjugação destes elementos procura-se entender a não coincidência de opiniões com a primazia do papel dos ativos intangíveis mostrando-se a irrelevância da existência ou não de substância física nestes ativos.

PALAVRAS-CHAVE: RBV Theory. Recursos estratégicos. Ativos tangíveis (accounting). Vantagens Competitivas.

CAN THE RBV CONSIDER TANGIBLE RESOURCES AS STRATEGIC? A CONTRIBUTION TO VRIO RESOURCE ANALYSIS – HISTORICAL VIEW

ABSTRACT: The Resource-Based View (RBV) is an approach that focuses on the role that resources have for a company, specifically competitively in its potential to enable strategies against its competitors, considering the success of a company is largely driven by

the resources that have certain special characteristics. Over the years, this view tends to be dominated by conceptual considerations and is a candidate for empirical research that focuses on just a few features of a few special features protagonism. Taking as a starting point a strategic resource perspective as essential in this theory that seeks work, it will present different approaches in the definition of assets as well as the separation between these tangible and intangible resources in meeting the main normal bodies of the matrix of accounting concepts, the Federal Accounting Standard Board (FASB) through its Statements of Financial Accounting (SFA) and the International Accounting Standard Board (IASB) derived from its International Accounting Standards (IAS). From the combination of these elements, one can understand the coincidence of elements with the primacy of the role of intangible assets, whether the irrelevance of the existence or not of physical composition in these assets.

KEYWORDS: RBV Theory. Strategic Resources. Tangible Assets (Accounting). Competitive Advantages.

1 INTRODUÇÃO

A RBV é uma abordagem que tem como um dos seus pontos fulcrais conseguir definir que tipos de ativos têm uma contribuição mais decisiva para a performance das empresas. Ao longo dos tempos vários investigadores na senda dos trabalhos de BARNEY (1989; 2000), de PETERAF (1993) e de DIERICKX e COOL (1989) e COOL; DIERICKX e COSTA (2012; 2016) se preocuparam com a concretização desta problemática estudando os ativos que integram o potencial produtivo das empresas, AAKER (1989), BLACK e BOAL (2007) e MICHALISIN; SMITH e KLINE (1997), entre muitos outros. Todos estes estudos se baseiam em estratificações próprias para as diferentes classes de ativos considerando de forma distinta as características intrínsecas de cada ativo pelo que se impõe a elaboração de uma súmula dos diferentes trabalhos no sentido de se perceber quais as características destes ativos que realmente interessam.

Partindo da procura da definição de empresa tendo em atenção o ambiente económico em que esta labora, seguindo pela separação dos ativos atendendo à forma como são gerados na organização questiona-se a importância da tangibilidade e intangibilidade destes recursos pondo em confronto a opinião de HALL (1992) e MATHEWS (2003) e concluindo pela necessidade de se integrarem nos estudos efetuados as especificidades das indústrias, dos recursos e do mercado.

As ciências empresariais genericamente consideradas centram-se no estudo das empresas nas suas diversas visões e interpretações, pelo que é relevante saber o que é uma empresa. As preocupações dos economistas ao longo de muitos anos centraram-se no estudo das diferentes indústrias para posteriormente deslocaram o foco dos seus estudos nas empresas individualmente em detrimento da anterior visão centrada

na indústria facto que torna mais importante a compreensão do que é uma empresa e considera-a num grau de complexidade superior tornando-se as moléculas do sistema económico (COASE, 1937; COASE, 2012).

Esta visão é revisitada e completada por CHANDLER (1992) que considera que uma empresa é:

- Uma entidade legal porque outorga contratos com fornecedores, distribuidores, empregados, clientes;
- Uma entidade administrativa porque uma equipa de gestores coordena e monitoriza as diferentes atividades que a empresa tem de realizar;
- Um conjunto de habilidades aprendidas;
- Um conjunto de instalações físicas e de capital líquido;

As empresas estão integradas num sistema económico complexo, dinâmico e competitivo necessitando de diferentes recursos para nele poderem sobreviver e crescer e se as capacidades de coordenação e de colocação em prática das aprendizagens realizadas dentro da empresa.

Estudos consideram que não pode deixar de ser importante o último item da lista anterior, uma vez que o controlo do capital físico é uma forma de dar incentivos aos investidores como forma de garantir os empréstimos obtidos (MOORE, 1992), contudo esta visão não é assumida por outros autores que tomam por base que o capital físico fornece á empresa os meios de que ela necessita para poder sustentar a sua competitividade. Nesta linha DIERICKX e COOL (1989) consideram que a sustentabilidade das empresas no mercado depende da sua posição privilegiada em termos de ativos e estes são tão mais valiosos quanto menor for o seu potencial de imitação pelos concorrentes, independentemente de integrarem o conjunto de capital físico ou de capital intelectual, no que são seguidos por BLACK e BOAL (2007).

2 O QUE NOS ENSINAM VÁRIOS AUTORES

2.1 ATIVOS FLUXO VS ATIVOS STOCK E SUAS CARACTERÍSTICAS

A RBV é uma teoria que considera que a empresa organiza as suas atividades de valor através dos seus ativos específicos (RAY; XUE; BARNEY, 2013) em especial os que são valiosos pois permitem uma posição privilegiada nos mercados dos produtos e ainda taxas de retorno acima da média. Muitos dos estudos efetuados sobre os ativos das empresas não consideraram importante as imperfeições dos mercados em que estes ativos são adquiridos considerando que eles estão disponíveis de per si, contudo numa análise mais cuidada percebe-se que assim não acontece no mundo real e que os ativos

que estão na base da posição de mercado de cada empresa têm que ser “erguidos” ao longo do tempo para permitirem e protegerem as posições privilegiadas no mercado (DIERICKX; COOL, 1989).

Na sua atividade as empresas utilizam diferentes tipos de recursos que podem ser classificados das mais diversas formas de acordo com o enfoque dessa classificação, do ponto de vista da sua tangibilidade, podem ser tangíveis ou intangíveis, atendendo à sua função no ciclo produtivo da empresa podem ser correntes ou não correntes, da existência de mercados podem ser alienáveis ou não alienáveis, da permanência no tempo podem ser estáticos ou dinâmicos, contudo no contexto desta análise impõe-se perceber se os ativos base da competitividade das empresas são fluxos ou stocks.

Numa aproximação algo grosseira entenda-se por fluxo um movimento continuado de uma determinada natureza, podendo ser constante ou não, decorrente num determinado momento inicial e terminando em momento posterior e por stock uma quantidade acumulada entre o período de um determinado fluxo. Assim um fluxo está em permanente alteração, podendo dizer-se que é dinâmico enquanto um stock apresenta uma característica de permanência quanto às suas características, pelo que se apresenta como estático. Este tipo de recursos toma especial importância nas empresas porque como referem DIERICKX e COOL (1989) enquanto os fluxos podem ser ajustados instantaneamente os stocks não. Mas a consequência mais relevante desta análise é que nas suas características peculiares os recursos stock em especial os que representam capital físico designadamente os edifícios em determinada localização e com um *lay-out* específico, equipamentos especializados não são adquiríveis pois têm que ser “erguidos” (WILLIAMSON, 1979) e só podendo contribuir para a atividade da empresa têm valor (CORBIN, 1989).

Os ativos fluxo têm como principal característica o facto de estarem em permanente alteração o que lhe transmite a sua dinâmica própria e permite que sejam ajustados em cada momento, pelo contrário um ativo stock apresenta-se com uma característica de permanência quanto às suas características, pelo que a sua imitabilidade necessita de tempo, é dispendiosa e muitas vezes acumula as duas características, dependendo das características do processo necessário à sua acumulação, estes ativos apresentam as seguintes características:

Deseconomias de compressão de tempo

Maior eficiência de ativos

Interconectividade dos stocks de ativos

Erosão de ativos

Ambiguidade causal

Tendo em conta que os ativos stock não se ajustam tão rapidamente quanto seria necessário para permitir que uma vantagem competitiva seja criada ou mantida é necessário um período de tempo para que esse stock seja acumulado e assim construído o ativo. Tentar atingir um determinado stock em menos tempo por forma a atingir o nível do que se pretende imitar impõe, tendo em conta as características do ativo, exige um maior custo. Desta forma custo e tempo têm uma relação inversa. Ou seja quanto mais rápido se tentar desenvolver um recurso maior será o seu custo, estando assim verificadas as deseconomias de compressão de tempo concretizadas numa redução da taxa de retorno do ativo a construir, num conceito similar aos custos de ajustamento da teoria neoclássica do crescimento (THOMAS, 2003).

Desta forma as deseconomias de compressão de tempo previnem as imitações rápidas como referem HATCH e DYER (2004), pelo que as empresas têm que fazer uma escolha entre a maior rapidez para poderem disponibilizar os ativo e o custo em obtê-los como mostram PACHECO-DE-ALMEIDA e ZEMSKY (2007), referindo que as principais fontes destas deseconomias de escala são a complexidade do recurso a construir e o custo do capital através da lei dos rendimentos decrescentes. A importância destas deseconomias prende-se, conseqüentemente, com a sua dimensão, se ela é relevante então elas concedem proteção extra à empresa que primeiro construiu o ativo permanecendo único por muito tempo, mas o seu inverso é verdadeiro, e neste caso a proteção ao ativo já construído é diminuto (COOL; DIERICKX; COSTA, 2012).

No processo de prossecução de um ativo stock não existem apenas deseconomias, existem também economias uma vez que o tempo e o custo de atingir um determinado nível de stock e a diferença no investimento líquido necessário a realizar comparado com os concorrentes depende da diferença entre o valor existente e o valor desejado facto a que DIERICKX e COOL (1989) designam de “maior eficiência de ativos” referindo no mesmo sentido COOL; DIERICKX e COSTA (2016), que “sucesso traz sucesso”, considerando que stock de ativos gera mais stock de ativos. A estes efeitos no stock de ativos LAWSON; SAMSON e RODEN (2012) designam de efeitos nos ativos stocks integrantes dos mecanismos que potenciam a inimitabilidade dos ativos e que KNOTT; BRYCE e POSEN (2003) haviam designado de economias de escala.

A interconectividade dos stocks de ativos faz a ligação à complementaridade entre ativos na senda da definição de empresa como um conjunto harmonioso e equilibrado de recursos que, ao se interligarem entre si, permitem a prossecução do objetivo da empresa, potenciando o seu êxito num ambiente competitivo. Esta interconectividade potencia as sinergias positivas entre os ativos e permite que o seu valor de conjunto seja superior à simples soma de cada um deles.

A erosão dos ativos que DIERICKX e COOL (1989) associam à perda de “potencial produtivo” na ausência de “manutenção” adequada mas que THOMAS (2003) identifica claramente como a depreciação de ativos e que MEEKS e MEEKS (2009) quantificam como o valor presente dos cash-flows líquidos que um “negócio” necessita para a manutenção do seu potencial produtivo, sem contudo esquecer que a erosão dos ativos é inerente à obsolescência tecnológica que se não for contrariada diminui a adequabilidade do ativo stock para a geração de rendas em face aos concorrentes, de acordo com GOTZ (1999) maior intensidade de concorrência acelera a velocidade de difusão das melhorias tecnológicas, colocando a razão da maior ou menor rapidez de adoção das novas tecnologias no nível de competitividade de cada sector.

Por sua vez a ambiguidade causal prende-se com o facto do processo de acumulação poder apresentar uma natureza estocástica pelo que pode tornar difícil a identificação das variáveis relevantes, bem como a dificuldade em serem controladas pelo que a imitação pelos concorrentes será quase impossível. Isto é será difícil aos concorrentes não conseguem identificar com a certeza necessária as causas da eficiência do líder da indústria pelo que não sabem como e em que o imitar. Esta característica não está ligada a um único recurso, mas ao facto de todos os recursos entre si estarem ligados.

2.2 VANTAGEM COMPETITIVA DURÁVEL E EROÇÃO DE ATIVOS

Por vantagem competitiva pode-se entender uma posição que corresponde a um benefício relativamente a algo ou a alguém, uma primazia relativamente a algo, uma diferenciação positiva de algo face ao todo em que se insere. Assim uma vantagem competitiva é aquela que permite que um dos elementos de um todo se destaque relativamente aos outros elementos constituintes deste todo. Quando inserido num ambiente empresarial em que a competição é a palavra-chave para caracterizar as relações entre os elementos, esta posição de primazia só é possível de manter enquanto os outros competidores não detiverem também esta posição.

Seguindo a visão de BARNEY (2000) uma empresa só tem uma vantagem competitiva quando implementar uma estratégia de criação valor não simultaneamente com qualquer seu concorrente ou competidor, e esta vantagem competitiva é sustentável se nenhum dos seus concorrentes ou competidores for capaz de reproduzir os benefícios desta estratégia. Na complementaridade deste trabalho, PETERAF (1993) apresenta um modelo para a vantagem competitiva em que destaca a heterogeneidade dos recursos, os limites ex-post para a competição, a imperfeição da mobilidade dos recursos e os limites ex-ante à concorrência.

Assim a heterogeneidade dos recursos entre as empresas de uma indústria refere-se ao facto de que enquanto as empresas que detêm apenas recursos médios só podem esperar atingir o equilíbrio e as que beneficiam de maiores recursos podem conseguir resultados superiores aos dos seus concorrentes, isto é, no pressuposto de raciocínio que a heterogeneidade verificada na indústria é devida ao facto de os fatores de produção mais elevados, em quantidades limitadas, não terem sido suficientes para satisfazer a procura. Como resultado, as empresas podem manter uma vantagem competitiva se os seus recursos são escassos e inimitáveis.

Os limites ex post à concorrência referem-se ao facto de existirem forças que, uma vez que uma empresa obteve uma vantagem competitiva, limitam a concorrência e, assim, preservam a diversidade no setor. Se os recursos que permitem os resultados superiores das empresas que detêm vantagens competitivas forem substituíveis então os concorrentes irão usar estes produtos e a vantagem competitiva que a empresa detinha deixa de existir, pois perdeu-se a inimitabilidade.

A terceira característica referida por este autor é a imperfeição da mobilidade dos recursos, sempre que acontece existe um conjunto de recursos que não podem ser trocados de forma imediata e perfeita no mercado pelo que a sua apropriação se torna difícil ainda mais porque tais recursos só têm valor no contexto em que estão inseridos e são eles a base sólida sobre a qual a vantagem competitiva se baseia. De salientar que estes recursos têm que estar em constante atualização porque considerá-los como estáticos pode fazer perder a vantagem competitiva detida.

A última condição para a manutenção de uma vantagem competitiva é a existência de limites ex-ante à concorrência, tal acontece quando os recursos base de uma vantagem competitiva foram identificados apenas por uma empresa num momento de sorte ou num rasgo de superior antecipação isto porque se empresas tivessem identificado este recurso elas teriam encetado todos os esforços para o conseguir também para que todas o detivessem não permitindo a existência da vantagem competitiva assim conseguida.

Um ativo estratégico é então aquele que permite que uma determinada empresa detenha uma posição estratégica concretizada na geração de valor superior ao obtido pelos seus concorrentes. Atentemos pois nesta visão baseada em BARNEY (1989; 2000) para perguntarmos como é que se mede esta geração de valor para poder ser comparada á geração de valor obtida pelos seus concorrentes, é o valor da empresa, é o seu lucro económico, é a sua quota de mercado, o seu volume de vendas?

A resposta a esta questão tem envolvido diferentes investigadores, e principalmente duas perspetivas de análise bem distintas, a primeira tem por base um conceito de manutenção financeira do capital, enquanto a segunda tem por base a manutenção do

capital físico da entidade (SUTTON, 1984), uma vez que a medida que permite quantificar as variáveis contábilísticas de uma empresa não é estável a forma mais correta de uma empresa evidenciar os seus ativos não monetários é considerar os seus valores líquidos de reposição.

Tendo em atenção que os fatores que poderão contribuir para a erosão dos ativos são variados, sendo comumente apontados como principais fatores para a deterioração dos ativos físicos a deterioração física e a progressão tecnológica (CARMAN, 1956; LOWE, 1963) fatores aos quais BITROS (1972) acrescenta a utilização a medida da utilização dos recursos em cada período de tempo é informação fundamental para se perceber se a manutenção da capacidade produtiva da empresa, enquanto fonte que permite a diferenciação face aos seus concorrentes se mantém numa perspetiva de análise mais ampla que a simples reposição do custo de aquisição desse recurso. De acordo com MYKOLAITIEO ; VE ERSKIEO ; JANKAUSKIENE e VALAO IEO (2010) a consideração dos diferentes fatores da erosão dos ativos apresenta uma discrepância considerável na dimensão apresentada para o resultado, logo para base de cálculo da tributação a aplicar.

2.3 ATIVOS STOCK ENQUANTO ATIVOS ESTRATÉGICOS

Nem todos os recursos são fontes de vantagens competitivas (MICHALISIN; SMITH; KLINE, 1997), mas para a RBV do conjunto dos ativos de uma organização os relevantes são os ativos estratégicos. De acordo com BARNEY (2000) nem todos os recursos de uma empresa têm o potencial de sustentar as vantagens competitivas da empresa onde estão inseridos, para isso têm que ter, simultaneamente os seguintes quatro atributos:

- a) Têm de ser valiosos no sentido em que exploram oportunidades e/ou neutralizam ameaças existentes no ambiente externo envolvente á empresa,
- b) Têm de ser raros entre os atuais e potenciais concorrentes,
- c) Não totalmente imitáveis
- d) Não pode existir ativos estrategicamente a eles equivalentes.

Para este autor no artigo citado os recursos de uma empresa incluem todos os ativos, capacidades, processos organizacionais, atributos da empresa, informações, conhecimentos controlados por uma empresa capazes de permitir á empresa a implementação de uma estratégica eficiente e efetiva. De uma forma mais específica os recursos da empresa podem ser identificados por três categorias, os recursos físicos, os recursos humanos e os recursos organizacionais. De acordo com BARNEY (2000) os recursos físicos integram a tecnologia utilizada na empresa, os lay-outs dos

edifícios, e dos equipamentos considerando a sua localização geográfica e o acesso que permitem à matéria-prima. Os recursos em capital físico são também designados recursos tangíveis e habitualmente considerados não raros porque podem ser adquiridos no mercado, MICHALISIN; SMITH e KLINE (1997) centram a principal diferença entre os recursos tangíveis e os intangíveis no potencial de inimitabilidade, esquecendo que a maior parte dos recursos tangíveis são não dinâmicos, logo integram a categoria dos recursos stock. Não em sintonia com esta posição estão DIERICKX e COOL (1989) ao considerar que determinados recursos stock não podem ser adquiridos no mercado, pelo que os concorrentes não os podem imitar, esta inimitabilidade está relacionada com as características do processo pelo qual este recurso pode ser acumulado por forma a ser útil à estratégia formulada pela empresa.

Num mercado cada vez mais dinâmico o potencial estratégico na detenção de um recurso não pode ser dissociado da antecipação desta detenção face aos concorrentes atuais e/ou potenciais, de acordo com BARNEY (1989) a não negociabilidade imediata dos recursos stock são uma extensão importante e esclarecedora da literatura emergindo agora em fontes potenciais de desempenho económico acima do normal para as empresas.

Os ativos serão tão mais estratégicos quanto menos imitáveis possam ser, as vantagens competitivas são, para os gestores as inerentes aos processos e relações tanto dentro como fora da organização sem restrições à natureza dos ativos sejam estes indivíduos ou equipamentos físicos (LAWSON; SAMSON; RODEN, 2012).

As quatro características apontadas para os ativos serem considerados como estratégicos apresentam diferentes efeitos intertemporais o valor e a raridade permitem a obtenção de lucros económicos num período sem limites enquanto a dificuldade de substituição e imitação preservam o valor e a raridade mas o mais importante para que um ativo seja competitivo o essencial é gerar valor de forma tempestiva e preservar esse potencial ao longo do tempo (GODFREY; GREGERSEN, 1999).

Um ativo estratégico é, conseqüentemente, o ativo que permite que elevar as capacidades dos seus recursos para a criação de oportunidades no mercado ou aqueles que neutralizem as ameaças dos seus concorrentes quando os recursos não estão a ser explorados da forma adequada, como refere (MICHALISIN; SMITH; KLINE, 1997).

2.4 ATIVOS TANGÍVEIS VS ATIVOS INTANGÍVEIS

A separação existente entre ativos tangíveis e intangíveis é, geralmente, feita tendo em atenção as características físicas palpáveis de uns e de outros, mas esta separação

é demasiado simplista quando se impõe uma visão mais adequada desta classificação. Para as empresas quer um quer outro tipo de ativos têm como característica comum o facto de integrarem os seus recursos detidos para períodos económicos posteriores ao presente, evidenciando o valor (histórico ou presente) dos dispêndios em que a empresa incorreu para acumular um determinado stock daquele ativo e encerrando em si próprios o potencial de gerar benefícios económicos nos períodos futuros.

Do ponto de vista da valoração apresentada nos quadros financeiros da empresa o seu valor deve ser superior ao valor esperado dos benefícios económicos que estes recursos stock vão gerar ao longo do período de permanência na entidade em causa como se pode inferir pela leitura da IAS 36. Ou seja, o valor gerado por estes ativos não se apresenta igual em todas as empresas uma vez que ele é determinado pelo potencial económico que detém. Desta forma a separação em ativos tangíveis e intangíveis apresenta-se apenas como uma separação formal atendendo à sua existência física ou não.

Nesta perspetiva HALL (1992) enquadra os ativos físicos que designa por "Specialist physical resources" no quadro dos recursos intangíveis, por seu lado MATHEWS (2003) considera os ativos tangíveis como sendo os ativos tecnológicos e os bens de capital e os ativos intangíveis como sendo o Know-How, as patentes e os direitos intelectuais, mas HOOLEY; BRODERICK e MÖLLER (2006) separam os recursos em ativos e capacidades que podem ser estratégicos, funcionais ou operacionais, integrando nos ativos estratégicos os ativos físicos, os financeiros e os das operações onde integram os edifícios e os equipamentos.

Mais importante do que a separação tendo por base esta característica é entender estes ativos como um conjunto de recursos harmoniosamente combinados entre si por forma a poderem suportar e potenciar os resultados que a empresa pretende alcançar. Na perspetiva da RBV a principal separação entre estes dois tipos de ativos centra-se na imitabilidade (MICHALISIN; SMITH; KLINE, 1997) sendo os ativos tangíveis mais imitáveis que os intangíveis e considera que a sustentabilidade das vantagens comparativas de uma empresa face aos seus concorrentes se baseia nos recursos intangíveis em especial por esta característica.

Por seu lado, GALBREATH e GALVIN (2004) consideram que os ativos tangíveis incluem os itens que a contabilidade evidencia no balanço, enquanto os ativos intangíveis não integram este documento. Nos primeiros englobam os ativos financeiros e os ativos físicos, enquanto nos segundos consideram o capital intelectual ligado com a propriedade dos ativos, o capital organizacional e reputacional e ainda as capacidades.

Esta não presença no balanço das empresas remete-nos para a necessidade de recorrer á definição de ativo, na visão estreitamente contabilística, várias são as

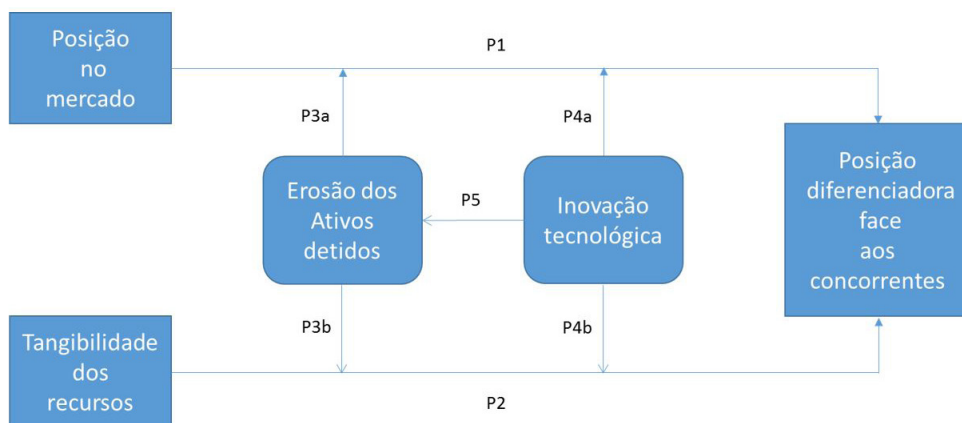
definições para este elemento das demonstrações financeiras das empresas, a que nos parece de maior relevância pela sua aceitação global é a constante no documento “The Conceptual Framework for Financial Reporting” (IFRS FOUNDATION, 2010) que nos seus § 4.8 a 4.14 alarga o potencial de um ativo passando da simples geração de benefícios económicos futuros pela sua participação nas atividades operacionais da empresa para o seu potencial de permitir processos alternativos de produção, designadamente pela redução dos custos de produção.

Relativamente á forma física um ativo pode ter ou não uma forma física, considerando este documento que tal facto em nada é relevante para esta classificação, o que importa é saber se este elemento tem potencial para gerar valor para a empresa por ele próprio ou, como refere o FASB (1985) no §25 do seu Statement of Financial Accounting Concepts N° 6 em combinação com outros ativos.

3 MODELO E PROPOSIÇÕES

De acordo com o exposto anteriormente, as empresas apresentam diferentes posições no mercado, pelo que algumas conseguem “apoderar-se” de recursos de forma mais vantajosa que os seus concorrentes, conseguirem manter esta posição e, nessa medida sustentarem esta posição diferenciadora face às suas concorrentes, como evidenciado no esquema seguinte:

Figura 1 - modelo a discutir.



4 CONCLUSÃO

Iniciámos este trabalho procurando evidenciar o que é uma empresa dado que o prisma da análise das ciências empresariais se deslocou das indústrias para as suas unidades, as empresas. Após a leitura de várias contribuições, algumas das quais

explicitámos, chegámos à conclusão que esta entidade pode ser vista por um sem fim de aspetos. Atendendo à natureza desta reflexão escolhemos para a perspetiva estritamente económica, de que é um conjunto de recursos que podem ser físicos e de capital líquido ou ligados a um conjunto de habilidades aprendidas, sem poder esquecer que estão sempre integradas num todo económico complexo, dinâmico e competitivo.

Os recursos que compõem estas entidades podem ser classificados atendendo a diferentes perspetivas considerámos como mais assertiva para os objetivos enunciados a classificação de DIERICKX e COOL (1989) por ela se ajustar ao processo de geração dos recursos utilizados pela empresa, uns são gerados de forma contínua, resultantes de fluxos continuados de dispêndios numa dinâmica de ajustamento imediato enquanto outros são gerados de uma forma descontínua e, muitas vezes alargada no tempo, exigindo um período para serem “erguidos” facto que os torna não adquiríveis num determinado momento do tempo. O não ajustamento imediato dos ativos stock às necessidades estratégicas de cada momento dá-lhe um potencial de proteção das vantagens competitivas existentes na empresa porque a sua imitabilidade está sujeita a deseconomias de compressão de tempo, potencia a criação de novos ativos, já detém a interconectividade com outros ativos o que dá lugar à ambiguidade causal e, claro, não se pode esquecer a manutenção do seu potencial de geração de valor prevenindo a sua erosão.

As empresas naturalmente que querem ter uma posição destacada relativamente aos seus concorrentes e, para além disso, conseguirem que ela se mantenha no tempo. Sendo a atividade da empresa desenrolada através dos seus ativos, ela só se consegue diferenciar dos seus concorrentes se detiver ativos diferentes pelo que a heterogeneidade destes recursos é a base para a diferenciação da empresa no todo em que desenvolve as suas atividades facto reforçado pela imperfeita mobilidade destes recursos uma vez que os seus concorrentes não os podem obter de forma imediata. Esta posição de supremacia é conseguida também porque quando uma empresa se destaca da concorrência é porque se apropriou de recursos que lhe permitem esse resultado superior antes dos seus concorrentes pelo que teve uma antecipação face aos seus concorrentes.

De acordo com BARNEY (2000) e na senda da corroboração que lhe foi dada pelo trabalho de PETERAF (1993) estes ativos são os ativos comumente designados de ativos “VRIO” os que são Valiosos, Raros, Inimitáveis e Organizados. Atendendo às características dos ativos stock agora aplicados aos ativos integrantes da categoria de ativos físicos, são considerados não raros em função da sua imitabilidade como afirmam MICHALISIN; SMITH e KLINE (1997) contudo e como referem DIERICKX e COOL (1989) se estes ativos não forem transacionáveis em tempo útil para a implementação da estratégia a tempestividade da sua detenção fará com que não sejam relevantes para a

implementação da estratégia visada, pelo que os ativos são tão mais estratégicos quanto menos imitáveis, pelo que, a nosso ver não é a característica da tangibilidade que deve estar na base da sua inimitabilidade, mas sim o potencial dos concorrentes deterem esse ativo de forma tempestiva face aos seus objetivos estratégicos.

Como consequência prática deste trabalho salientamos as consequências que esta nossa conclusão pode trazer ao desenho de pesquisas futuras que deverão ter por base a definição das condições de definição das características de imitabilidade ou de inimitabilidade dos recursos das empresas para a sua definição de ativos VRIO tendo em especial atenção a crescente “popularidade” que os ativos intangíveis vêm tendo nas organizações designadamente os indicados por HALL (1992) e dando mais importância á forma como os ativos físicos poderão ser coordenados na senda do trabalho de AAKER (1989). Assim os estudos deverão ter em atenção a definição dos ativos estratégicos em cada indústria já que a separação entre indústrias B2B e indústrias B2C, bem como entre indústrias com maior necessidade de recursos físicos específicos deverão ser consideradas de forma distinta de acordo com DIERICKX e COOL (1989).

REFERÊNCIAS

AAKER, D. A. Managing Assets and Skills: The Key to a Sustainable Competitive Advantage. **California Management Review**, 31, n. 2, p. 91-106, Win 1989. Article.

BARNEY, J. B. Asset Stocks and Sustained Competitive Advantage: A Comment. **Management Science**, 35, n. 12, p. 1511-1513, Dec 1989. Letter.

BARNEY, J. B. Firm resources and sustained competitive advantage (reprinted from JAI Press/Ablex, vol 17, pg 99, 1991). **Advances in Strategic Management**, Vol 17, 2000, 17, p. 203-227, 2000. Reprint.

BITROS, G. Replacement of the Durable Inputs of Production: A Theoretical and Empirical Investigation. **The American Economist**, 16, n. 1, p. 36-54, 1972.

BLACK, J. A.; BOAL, K. B. Strategic resources: Traits, configurations and paths to sustainable competitive advantage. **Strategic Management Journal**, 15, n. S2, p. 131-148, Sum 2007. Article.

CARMAN, L. A. Non-Linear Depreciation. **The Accounting Review**, 31, n. 3, July, p. 454-491, 1956.

CHANDLER, A. D. What is a firm? **European Economic Review**, 36, n. 2-3, p. 483-492, 1992/04/01/ 1992.

COASE, R. H. The Nature of the Firm. **Economica**, 4, n. 16, p. 386-405, 1937.

COASE, R. H. **The Firm, the Market, and the Law**. University of Chicago Press, 2012. 9780226051208.

COOL, K.; DIERICKX, I.; COSTA, L. A. Economies of Resource Accumulation. **INSEAD Working Papers Collection Issue** n. 127, p. 1-3, 2012.

COOL, K.; DIERICKX, I.; COSTA, L. A. Diseconomies of Time Compression. In: AUGIER, M. e TEECE, D. J. (Ed.). **The Palgrave Encyclopedia of Strategic Management**. London: Palgrave Macmillan UK, 2016. cap. Chapter 473-1, p. 1-7.

- CORBIN, A. L. **Corbin on Contracts: A Comprehensive Treatise on the Working Rules of Contract Law**. West Publishing Company, 1989. v. vol. 4).
- DIERICKX, I.; COOL, K. Asset Stock Accumulation and the Sustainability of Competitive Advantage: Reply. **Management Science**, 35, n. 12, p. 1514-1514, Dec 1989. Letter.
- FASB. Concepts Statement No. 6 - Elements of Financial Statements – a replacement of FASB Concepts Statement No. 3 (incorporating an amendment of FASB Concepts Statement No. 2). 1985.
- GALBREATH, J.; GALVIN, P., 2004, **Which resources matter? A fine-grained test of the resource-based view of the firm**. L1-L6.
- GODFREY, P. C.; GREGERSEN, H. B. Where do resources come from? a model of resource generation. **The Journal of High Technology Management Research**, 10, n. 1, p. 37-60, 1999/03/01/ 1999.
- GOTZ, G. Monopolistic Competition and the Diffusion of New Technology. **The RAND Journal of Economics**, 30, n. 4, p. 679-693, Win 1999.
- HALL, R. The strategic analysis of intangible resources. **Strategic Management Journal**, 13, n. 2, p. 135-144, Feb 1992.
- HATCH, N. W.; DYER, J. H. Human capital and learning as a source of sustainable competitive advantage. **Strategic Management Journal**, 25, n. 12, p. 1155-1178, Dec 2004. Review.
- HOOLEY, G.; BRODERICK, A.; MÖLLER, K. Competitive positioning and the resource-based view of the firm. **Journal of Strategic Marketing**, 6, n. 2, p. 97-116, 01/01 2006.
- IFRS FOUNDATION. **The conceptual Framework for Financial Reporting 2010**. 2010.
- KNOTT, A. M.; BRYCE, D. J.; POSEN, H. E. On the Strategic Accumulation of Intangible Assets. **Organization Science**, 14, n. 2, p. 192-207, Mar-Apr 2003.
- LAWSON, B.; SAMSON, D.; RODEN, S. Appropriating the value from innovation: inimitability and the effectiveness of isolating mechanisms. **R&D Management**, 42, n. 5, p. 420-434, Nov 2012. Article.
- LOWE, H. D. The Essentials of a General Theory of Depreciation. **The Accounting Review**, 38, n. 2 (Apr.), p. 293-301, 1963.
- MATHEWS, J. A. Competitive dynamics and economic learning: an extended resource-based view. **Industrial and Corporate Change**, 12, n. 1, p. 115-145, Feb 2003. Review.
- MEEKS, G.; MEEKS, J. G. Self-Fulfilling Prophecies of Failure: The Endogenous Balance Sheets of Distressed Companies. **Abacus**, 45, n. 1, p. 22-43, Mar 2009.
- MICHALISIN, M. D.; SMITH, R. D.; KLINE, D. M. In Search of Strategic Assets. **The International Journal of Organizational Analysis**, 5, n. 4, p. 360-387, 1997.
- MOORE, J. The firm as a collection of assets. **European Economic Review**, 36, n. 2-3, p. 493-507, Apr 1992.
- MYKOLAITIEO , V.; VE ERSKIEO , G.; JANKAUSKIENE, K.; VALAO IEO , L. Peculiarities of Tangible Fixed Assets Accounting. **The Engineering Economics**, 21, 2010.
- PACHECO-DE-ALMEIDA, G.; ZEMSKY, P. The Timing of Resource Development and Sustainable Competitive Advantage. **Management Science**, 53, n. 4, p. 651-666, Apr 2007. Article.

PETERAF, M. A. The cornerstones of competitive advantage: A resource-based view. **Strategic Management Journal**, 14, n. 3, p. 179-191, Mar 1993. Article.

RAY, G.; XUE, L.; BARNEY, J. B. Impact of Information Technology Capital on Firm Scope and Performance: The Role of Asset Characteristics. **Academy of Management Journal**, 56, n. 4, p. 1125-1147, Aug 2013.

SUTTON, T. G. Physical Capital Maintenance in a Credit Economy. **Accounting and Business Research**, 14, n. 56, p. 349-357, 1984/09/01 1984.

THOMAS, L. G. Adjustment Costs, the Theory of Investment, and Sustained Competitive Advantage. **Academy of Management Proceedings**, 2003, n. 1, p. Z1-Z6, 08/01 2003.

WILLIAMSON, O. E. Transaction-Cost Economics: The Governance of Contractual Relations. **The Journal of Law and Economics**, 22, n. 2, p. 233-261, 1979.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Jorge José Martins Rodrigues é economista. Licenciado, mestre e doutor em Gestão (ISCTE-IUL). Mestre e pós doutorado em Sociologia – ramo sociologia económica das organizações (FCSH NOVA). Professor coordenador no ISCAL – *Lisbon Accounting and Business School* / Instituto Politécnico de Lisboa, Portugal. Exerceu funções de direção em gestão (planeamento, marketing, comercial, finanças) no setor privado, público e cooperativo. É investigador integrado no Instituto Jurídico Portucalense. Ensina e publica nas áreas de empresa familiar e família empresária, estratégia e finanças empresariais, gestão global, governabilidade organizacional, marketing, planeamento e controlo de gestão, responsabilidade social e ética das organizações.

Maria Amélia Marques, Doutora em Sociologia Económica das Organizações (ISEG/ULisboa), Mestre em Sistemas sócio-organizacionais da atividade económica - Sociologia da Empresa (ISEG/ULisboa), Licenciada (FPCE/UCoimbra), Professora Coordenadora no Departamento de Comportamento Organizacional e Gestão de Recursos Humanos (DCOGRH) da Escola Superior de Ciências Empresariais, do Instituto Politécnico de Setúbal (ESCE/IPS), Portugal. Membro efetivo do CICE/IPS – Centro Interdisciplinar em Ciências Empresariais da ESCE/IPS. Membro e Chairman (desde 2019 da ISO-TC260 HRM Portugal. Tem várias publicações sobre a problemática da gestão de recursos humanos, a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional, os novos modelos de organização do trabalho, as motivações e expectativas dos estudantes Erasmus e a configuração e dinâmica das empresas familiares. Pertence a vários grupos de trabalho nas suas áreas de interesses.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Accountability 227, 263, 264, 265, 266, 274, 275, 276
Administrações públicas 289, 290, 294, 295, 299, 301, 303, 304, 306
Análise discriminante 251, 252, 260
Análise “Lata de lixo” 174
Anteriores opiniões modificadas 263, 266, 267, 268, 274
Aprendizaje Colaborativo 24
Área de promoção y fomento 97, 107
Ativos tangíveis 159, 167, 168, 301
Auditoria 100, 106, 260, 263, 264, 265, 266, 267, 274, 275, 276, 287, 293

B

Bioética 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51

C

Calidad de Datos Abiertos 87, 88, 95
Certificação 210, 211, 218, 221, 222, 223, 224, 274
Clasificación 97, 103, 104, 106, 108, 280
Comunidad Virtual de Aprendizaje 24, 26
Conciliação entre a vida profissional 210, 211, 212, 226, 227
Conocimientos financieros 32, 33, 35, 38, 39, 41
Contabilidade pública 274, 289, 290, 292, 295, 298, 303, 304, 305, 306
Continuidade 139, 252, 258, 260
Cooperação 144, 145, 146, 155, 196, 204
Criação de valor 144

D

Desenvolvimento profissional 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14
Direitos humanos das mulheres 237, 239, 240, 241, 242
Discurso 4, 10, 12, 110, 184, 185, 186, 190, 191, 195
Docente 1, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 12, 13, 15, 17, 19, 21, 51, 52, 54, 55, 57, 58, 60, 62, 63, 97, 184, 192, 247

E

Educação 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 10, 14, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 202, 208, 214, 216, 227, 238, 239, 243, 246, 247, 248, 249, 264

Educación 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 29, 32, 33, 34, 35, 38, 39, 40, 41, 50, 51, 68, 84, 85, 95, 98, 99, 105, 110, 111, 281, 288

Educación financiera 32, 33, 34, 35, 38, 39, 40, 41, 99

Educación Superior 15, 17, 19, 22, 25, 68, 105

Envelhecimento activo 229, 230, 231

Esmeraldas 32, 33, 34, 38, 39, 40

Estratégia 8, 11, 126, 146, 148, 164, 167, 170, 171, 186, 196, 197, 198, 199, 206, 208, 216, 301

Estrés 54, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85

Estudiante 15, 17, 19, 20, 52, 55, 56, 57, 58, 73

Evaluación formativa 52, 55, 56, 57, 59

Exámenes 67, 68, 70, 73, 75, 78, 82, 83

F

Falência 251, 252, 253, 254, 255, 256, 260, 261, 262

Família consanguínea 126, 132, 133, 134

Familiar e pessoal 210, 211, 212, 214, 215, 227

Feminicídio 237, 238, 239, 246, 247, 248, 249

Formação contínua 1, 2, 7, 12, 13, 14

G

Gens 126, 127, 134, 135, 136

Gobierno Abierto 87, 88, 95

H

Herramienta de validación 87, 92, 94

I

Identity 110, 112, 113, 119, 120, 122, 123

Ingeniería de Software 52, 54, 57

Instituições de Ensino Superior 196, 197, 200, 209

Investigação interpretativa 174, 177, 178, 179

Investigación 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 32, 34, 38, 39, 40, 41, 55, 65, 77, 84, 92, 95, 98, 99, 100, 104, 105, 106, 107, 184, 189, 191, 192

Islamic education 110, 112, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124

J

Jornadas Pedagógicas 1, 2, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13

Jóvenes bachilleres 32, 35, 36, 38, 39

L

Lei Maria da Penha 237, 239, 244, 247, 248, 249

M

Marketing 109, 143, 158, 174, 196, 197, 201, 204, 207

Mercado bursátil 277, 279, 281, 282, 283, 286, 287

Mercado de capitales 277, 279, 280, 281, 284, 285, 287, 288

Mercados financieros 277, 278, 279, 280, 287, 288

Micro e pequenas empresas 144, 155

Mindfulness 67, 68, 71, 72, 83, 84, 85

Monogâmica 126, 132, 136, 137

Moral 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 115, 116, 281

Municípios 231, 232, 233, 234, 236, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 273, 274, 275, 276

O

Observatorio de Ciencias Empresariales 97, 99, 100, 103, 104, 105, 106, 107, 108

Organizações familiarmente responsáveis 210, 213, 222

Orientação para o mercado 174

Ortografía en datos abiertos 87

P

Políticas públicas 26, 40, 108, 179, 237, 239, 243

Previsão 46, 245, 251, 252, 255, 256, 259, 261, 262

Psicología del trabajo 184, 185

Punaluana 126, 127, 132, 133, 134, 135

R

RBV Theory 159, 160

Recursos estratégicos 148, 159

Redes de negócio 144
Reforma 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 195, 289, 290, 302, 304, 305
Reforma laboral 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190
Reforms 110, 111, 112, 113, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 185
Regiões de baixa densidade 229
Relato de sustentabilidade responsabilidade social corporativa 210
Rendimiento académico 67, 84
Responsabilidade social 4, 44, 196, 197, 198, 200, 201, 202, 203, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 215, 216, 217, 218, 220, 221, 222, 224, 225, 226
Rúbricas 52, 56, 57, 62, 65, 66, 257

S

Scoring 251, 252, 259, 260, 262
Setor Público 174, 180, 264, 265, 266, 267, 273, 275, 289, 291, 292, 293, 294, 295, 301, 304, 305
Sindiásmica 126, 127, 132, 135, 136, 137
Sistema de evaluación 52
SNC-AP 289, 290, 294, 295, 296, 301, 302, 303, 304, 305

T

Teoria institucional 174, 178, 183
Textbooks 28, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 122, 123
Trabajadores 184, 185, 186, 190, 191, 192, 193, 194, 195

U

Universidade Sénior 229, 231, 235

V

Values 42, 43, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 192
Vantagens competitivas 145, 147, 148, 149, 155, 159, 165, 166, 167, 170
Violências de gênero 237, 242